

A inspiração e autoridade das Escrituras

Uma perspectiva missiológica

C. Timóteo Carriker

Uma das “reformas” mais marcantes da Reforma Protestante foi no seu conceito das Sagradas Escrituras. O grito protestante (era um protesto!), “*sola Scriptura*”, era o *anúncio* inequívoco da suprema autoridade e plena inspiração da Bíblia e, ao mesmo tempo, uma *denúncia* da autoridade da tradição eclesiástica que se colocava no mesmo pé de igualdade com as Escrituras. O discurso reformado a respeito das Escrituras foi tão marcante que surtiu vários efeitos significantes. Por exemplo, transformou o conceito e a ordem da liturgia cristã. Com a ênfase no *sola Scriptura* destacava-se a pregação da Palavra, ao invés da celebração da ceia como na missa católica. Também a ênfase na autoridade suprema das Escrituras contribuiu para mudanças no governo da igreja. E assim as igrejas reformadas se distanciaram dum sistema de governo estreitamente hierárquico. É possível dizer que o respaldo de *sola Scriptura* despertou um novo interesse na exegese e menor interesse na dogmática ou na teologia histórica que são exploradas mais no meio católico. Além destas transformações inteiras, a doutrina da autoridade e inspiração da Bíblia influenciou significativamente até mesmo na organização social e cultural dos povos mais atingidos pela Reforma Protestante. Por exemplo, por valorizar a leitura, foram especialmente os protestantes, por meio do movimento missionário, que promoveram cada vez mais a alfabetização, o ensino popular e até mesmo a ciência. Também contribuiu para o nascimento e promoção dos conceitos democráticos de governo. Logo a “reforma” no conceito das Escrituras foi incalculável dentro e fora da igreja, e permenece um dos assuntos mais importantes no meio evangélico.

Por isso mesmo, resolvi escrever sobre este assunto sob uma nova ótica, a da missologia. A missiologia, diferente da teologia, é uma reflexão dinâmica a partir da tarefa da igreja no mundo. Disto, eventualmente nasce a sua filha, a teologia, que procura sistematizar as reflexões missiológicas além do seu contexto original e aplicá-las de modo mais geral. A reflexão que encontramos no Novo Testamento, por exemplo, é “missiológica”. Podemos também chamá-la de teologia de praxis. Foram os apologistas dos séculos posteriores que produziram as primeiras “teologias” como conhecemos hoje, em forma mais sistemática.

O que diremos, pois, da autoridade e inspiração das Escrituras, duma perspectiva missiológica? Primeiro, lembramos duma importante distinção teológica dos reformadores. Entenderam que todas as três afirmações básicas da Reforma, *sola Scriptura* (somente as Escrituras), *sola gratia* (somente a graça), e *sola fidei* (somente a fé), devem ser subordinadas à afirmação maior de *solus Christus*. Por isso queriam dizer que, sem um encontro vivo com Cristo, não se ouve as Escrituras com a devida inspiração e autoridade divinas porque Cristo é quem se dirige a nós pela leitura da Bíblia. Também, não experimentamos a graça de Deus, senão, somente pela eficácia da morte e ressurreição de Cristo, e somente dele nasce a nossa fé. É bom ressaltar esta distinção hoje, porque põe a discussão a respeito das Escrituras no seu devido lugar, um lugar que ao meu ver, tanto *intensifica* a sua importância quanto a *dinamiza*.

Intensifica porque se Cristo nos fala de modo especial através das Escrituras, a sua autoridade e inspiração aumentam. *Dinamiza* porque tal inspiração e autoridade se mostra muito mais

pessoal e relacional que abstrata, estática e mecânica. Afinal, a linguagem das Escrituras a seu próprio respeito não é uma linguagem altamente pessoal e relacional?¹ Veja, por exemplo, as seguintes afirmações bíblicas do salmista:

Com a sua palavra Deus veio curá-los e livrou-os da morte! (Salmo 107.20)

Como é doce o gosto das tuas palavras; é mais doce do que o mel! (Salmo 119.103) ... Antes de me teres punido, andava errado; mas agora obedeco à tua palavra. (v.67) ... Com ânsia espero que me salves; pois pus a minha esperança na tua palavra! Os meus olhos anseiam por ver cumprida a tua palavra e eu pergunto: "Quando virás dar-me conforto?" (vv. 81-82) ... A tua palavra é o farol que me guia; é a luz do meu caminho. Fiz um juramento e vou cumpri-lo: porei em prática os teus justos decretos. (vv.105-106) ... Tu és quem me ampara e me protege; na tua palavra pus a minha esperança. (v.114)

Com toda a minha alma espero o Senhor e confio na sua palavra. (Salmo 130.5)

A resposta apropriada e igualmente pessoal do seguidor de Deus somente pode ser uma de plena e alegre obediência, sem diminuir ou acrescentar uma só palavra (Deuteronômio 4.2).

Mas mesmo com esta dimensão altamente experimental, são muitas descrições da *qualidade* em si das Escrituras. A "essência" da Palavra de Deus se descreve tipicamente com qualificativos superlativos, tais como:

"perfeita", "fiel" e "sábias" (Salmo 19.8)

"justas", "claras", e esclarecedoras" (Salmo 19.9)

"boas", "permanentes" e "verdadeiras" (Salmo 19.10)

"mais desejáveis do que ouro puro" e "mais doces que o mel dos favos" (Salmo 19.11)

"instrutivas" e "proveitosas" (Salmo 19.12)

Três qualificativos são especialmente aplicados à essência das Escrituras: são *verdadeiras* (cf. Salmo 33.4-5)², são *confiáveis* (Cf. Salmo 119.89-91, 160)³; e são *eficazes* ou *poderosas* (cf. Hebreus 4.12; Filemom 6; e Tiago 1.22).

Com tantos qualificativos tão bons e tão superlativos é admirável a insistência atual no meio evangélico no uso da palavra "inerrante" para qualificar a doutrina da inspiração e autoridade das Escrituras! A forte impressão que se tem é que sem uma afirmação da inerrância das Escrituras, não há um compromisso ortodoxo e sério o suficiente com as Escrituras. Mas se fosse assim, a perspectiva das Escrituras ao seu próprio respeito seria aquém de tal definição de ortodoxia. Ao meu ver, o contrário é o caso. Isto é, uma afirmação da inerrância das Escrituras é uma afirmação muito aquém da afirmação das próprias Escrituras. A afirmação da

¹ Por "relacional" nos referimos ao conceito bíblico da aliança.

² A palavra hebraica, *yashar*, tem o significado de "reto", "sem desvio", e assim "competente" e "justo": "As palavras do Senhor são *verdadeiras*; as suas obras mostram a sua *fidelidade*. O Senhor quer sempre a retidão e a justiça; o seu amor enche a terra inteira!"

³ A palavra, *emunah*, tem o sentido de "constância", "confiabilidade", "honestidade", "responsabilidade", "fidelidade", e "segurança"): "Senhor, a tua palavra permanecerá para sempre, mais estável do que o firmamento. ⁹⁰ A tua fidelidade passa de geração em geração; formaste a terra e ela continua firme. ⁹¹ Tudo se mantém até hoje, porque tu assim ordenaste, porque tudo está ao teu serviço.....A tua palavra é a *verdade*, desde o princípio; *eternos* e *justos* são todos os teus decretos."

inerrância das Escrituras é uma afirmação insuficiente quando se depara com as afirmações nas Escrituras a seu próprio respeito. O problema com o conceito da inerrância são vários, a saber:

1. Na prática, a doutrina da inerrância impõe um critério estranho e moderno à avaliação das Escrituras. Digo "na prática" porque a doutrina da inerrância frequentemente desemboca numa metodologia de interpretação que desvaloriza a crítica histórica e metodologias que não sejam apenas gramaticais. No fim, a defesa da doutrina da inerrância corre o perigo de ser muito mais uma luta a favor de uma metodologia de interpretação do que uma defesa da autoridade e inspiração das Escrituras em si. Ora, a metodologia gramatical é o bê-á-bá da interpretação bíblica e de toda análise literária. Entretanto, lingüistas e peritos na área da comunicação, todos concordam que a metodologia gramatical não é a única metodologia à nossa disposição quando no estudo literário e certamente não revela tudo.
2. Na Bíblia o conceito de inerrância é um conceito aplicado a pessoas (Gênesis 4.12, 14; Jó 6.24; Salmo 58.4; 119.176; Jeremias 50.9; Juizes 20.16; Provérbios 12.26; 14.22) e não às Escrituras. Quem deve ser inerrante somos nós na nossa conduta e na nossa fé! O mais certo é advogar a doutrina da inerrância (isto é, a perseverança) na conduta cristã!

O que estamos dizendo, então: que as Escrituras podem errar? Se por isso, quer dizer, que as Escrituras são imperfeitas, menos que justas, não inteiramente fieis, não tão doce quanto o mel ou menos desejáveis que ouro refinado... então, de jeito algum! Neste sentido podemos também afirmar a inerrância das Escrituras, sem entretanto, limitar as metodologias que aplicamos a sua interpretação. Mas infelizmente não é apenas isso que os defensores da inerrância das Escrituras querem promover. Querem também prover uma metodologia certa de interpretação e censurar outras.

Qual seria uma postura recomendável, se formos obrigados a ultrapassar ou resumir as belas afirmações das próprias Escrituras? Diríamos assim...

1. As Escrituras são uma parte essencial e um relato fidedigno da auto-revelação especial de Deus. Todos os livros do Antigo e do Novo Testamento foram inspirados por Deus, se constituem como a sua palavra escrita, a única regra infalível de fé e de prática. Devem ser interpretados conforme o seu contexto e propósito e obedecidos no temor do Senhor que é quem fala por meio deles em poder vivo. Assim, reconhecemos o processo histórico, cultural e literário no qual os diversos autores viviam e escreveram e pelo qual Deus nos trouxe a Palavra. Igualmente, reconhecemos os propósitos de cada autor e, acima de tudo, que Deus teve quando as Escrituras foram escritas. Efetivamente pressupomos, usando a analogia da encarnação, a plena divina inspiração das Escrituras, quanto a sua plena humanidade ou historicidade.⁴
2. Como a Palavra de Deus, todas as Escrituras são absolutamente essenciais para nossa ação em prol do Evangelho. Esta postura nos leva à participação sem vacilar no *missio Dei*, revelada definitivamente em Jesus Cristo e manifestada pela obra contínua do

⁴ Isto é bem diferente da doutrina muçulmana da inspiração do Alcorão, que entende como apenas divinamente inspirados e por isso somente possui a plena autoridade na sua língua original árabe. Veja o nosso diagrama de diversas perspectivas da "Natureza divina e humana das Escrituras" na página, *Fundamentos Bíblicos*, deste blog.

Espírito Santo. A criação inteira, inclusive toda a humanidade, encontra o seu devido propósito e lugar unicamente em relacionamento vivo com Jesus Cristo.

3. A igreja compreende a sua tarefa no mundo—a motivação, o meio, a prioridade, o alvo, o alcance e o significado desta missão—em referência a própria missão de Deus para e em prol do mundo. Esta compreensão se informa por reflexão cuidadosa na revelação de Deus nas Escrituras e por atenção diligente, conforme o padrão paulino, em contextos específicos. A reflexão da igreja sobre sua tarefa no mundo—a missiologia—nunca se completa, da mesma forma que a sua missão para e pelo mundo só se completa no retorno de Cristo. A reflexão teológica contextual sempre permanece essencial para o engajamento eficaz da igreja na missão de Deus.
4. “Missão”, portanto, sempre é a *raison d'être* penúltima da igreja. Sua razão última de ser, para a qual a missão deverá contribuir, é a glória de Deus. Esta distinção é importante e nos guarda dos perigos da auto-promoção eclesiástica ou missionária. Quando a igreja se engaja corajosa e sacrificialmente na missão de Deus, sua própria chamada se renova e a glória de Deus é mais conhecida pela superfície da terra.
5. A igreja hoje continua a tarefa do povo de Deus desde o chamado de Abraão e que é derivada da própria missão e natureza de Deus. A natureza atual desta tarefa se esclarece através da reflexão atenciosa nas manifestações anteriores da missão de Deus através dos séculos, mas com atenção especial às Escrituras e reconhecendo a prioridade hermenêutica do Novo Testamento como o cumprimento desta expressão.
6. O desempenho da igreja na missão de Deus deve ser contínuo não apenas com a história desta missão, mas também deve se expressar em continuidade com todo o povo de Deus ao redor do mundo. Isto é, a unidade do povo de Deus mundialmente é também desafio para sua fidelidade. Em João 17.21, Cristo orou em favor dos seus seguidores, “que todos sejam um, como tú és, ó Pai, em mim e eu em ti também sejam eles em nós, para que o mundo creia que tú me enviaste.” Que nós sejamos uma resposta a esta oração ao invés da sua ocasião.

Eis as nossas observações mais missiológicas. E uma boa afirmação teológica? Ainda achamos que a *Confissão de Westminster* promove excelente reflexão teológica da autoridade e inspiração das Escrituras. Veja, especialmente os seguintes parágrafos:

CAPÍTULO I DA ESCRITURA SAGRADA

I. Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo.

Referências - Sal. 19: 1-4; Rom. 1: 32, e 2: 1, e 1: 19-20, e 2: 14-15; I Cor. 1:21, e 2:13-14; Heb. 1:1-2; Luc. 1:3-4; Rom. 15:4; Mat. 4:4, 7, 10; Isa. 8: 20; I Tim. 3: 15; II Pedro 1: 19.

II. Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e de prática:

O VELHO TESTAMENTO

Gênesis	Esdras	Oséias
Êxodo	Neemias	Joel
Levítico	Ester	Amós
Números	Jó	Obadias
Deuteronômio	Salmos	Jonas
Josué	Provérbios	Miquéias
Juízes	Eclesiastes	Naum
Rute	Cântico dos	Habacuque
I Samuel	Cânticos	Sofonias
II Samuel	Isaías	Ageu
I Reis	Jeremias	Zacarias
II Reis	Lamentações	Malaquias
I Crônicas	Ezequiel	
II Crônicas	Daniel	

O NOVO TESTAMENTO

Mateus	Efésios	Hebreus
Marcos	Filipenses	Tiago
Lucas	Colossenses	I Pedro
João	I Tessalonicenses	II Pedro
Atos	II Tessalonicenses	I João
Romanos	I Timóteo	II João
I Coríntios	II Timóteo	III João
II Coríntios	Tito	Judas
Gálatas	Filemon	Apocalipse

Ref. Ef. 2:20; Apoc. 22:18-19; II Tim. 3:16; Mat. 11:27.

III. Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos.

Ref. Luc. 24:27,44; Rom. 3:2; II Pedro 1:21.

IV. A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus.

Ref. II Tim. 3:16; I João 5:9, I Tess. 2:13.

V. Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações.

Ref. I Tim. 3:15; I João 2:20,27; João 16:13-14; I Cor. 2:10-12.

VI. Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na palavra, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas.

Ref. II Tim. 3:15-17; Gal. 1:8; II Tess. 2:2; João 6:45; I Cor. 2:9, 10, 12; I Cor. 11:13-14.

VII. Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em um ou outro passo da Escritura são tão claramente expostas e explicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.

Ref. II Pedro 3:16; Sal. 119:105, 130; Atos 17:11.

VIII. O Velho Testamento em Hebraico (língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em Grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal; mas, não sendo essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras e que deve no temor de Deus lê-las e estudá-las, esses livros têm de ser traduzidos nas línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem, a fim de que a palavra de Deus, permanecendo nelas abundantemente, adorem a Deus de modo aceitável e possuam a esperança pela paciência e conforto das escrituras.

Ref. Mat. 5:18; Isa. 8:20; II Tim. 3:14-15; I Cor. 14; 6, 9, II, 12, 24, 27-28; Col. 3:16; Rom. 15:4.

IX. A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente.

Ref. At. 15: 15; João 5:46; II Ped. 1:20-21.

X. O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.

Ref. Mat. 22:29, 3 1; At. 28:25; Gal. 1: 10.